

O Estado Brasileiro e o Rio Madeira: a propósito da atuação do corpo técnico de agrimensores no processo de demarcação de seringais e castanhais (1861-1923)

Davi Avelino Leal¹

Introdução

Este texto é parte do terceiro capítulo de uma pesquisa de doutorado desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura no Amazonas sobre os conflitos sociais pelo controle de castanhais e seringais no rio Madeira a partir da segunda metade do século XIX e as décadas iniciais do século XX².

A ideia central é analisar de que forma os engenheiros agrimensores, responsáveis entre outras coisas pela delimitação e demarcação de terras, atuaram no processo de concentração de seringais e castanhais nas mãos de seringalistas poderosos, em detrimento dos chamados campos de uso comum, utilizados abertamente pelos moradores sem posses.

Ao consultar a bibliografia sobre o assunto percebeu-se que este tema fora objeto de reflexão não de sociólogos, historiadores ou antropólogos, mas de literatos. Nesse sentido, dois autores ocupam um lugar central na medida em que exploram a atuação do agrimensor em seus textos.

O primeiro deles é o escritor nascido na cidade de Praga, pertencente a antiga Tchecoslováquia, Franz Kafka. Autor reconhecido por livros como *O Processo* e *A Metamorfose*, Kafka escreveu o livro *O Castelo* por volta de 1922 e é nele que encontramos o personagem do agrimensor, explorado mais à frente.

O Reino deste Mundo é o outro livro que ajudou a problematizar as reflexões sobre os agrimensores. Novela de Alejo Carpentier, escritor cubano filho de pai francês e mãe russa, o enredo retoma a história do Haiti e a luta revolucionária que expulsou os franceses no século XVIII.

¹ Doutorando em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa no Amazonas-FAPEAM.

² Gostaria de agradecer a leitura crítica deste artigo realizada pelo professor orientador Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida e pela pesquisadora Alba Barbosa Pessoa.

Não é de hoje que a literatura vem se antecipando sobre determinadas questões que demoram a tornarem-se preocupação do conhecimento científico. Em certa medida, o discurso artístico, literário, tem sido historicamente muito mais revelador de temas e problemas centrais da sociedade do que o discurso sociológico ou mesmo historiográfico.

Diante da possibilidade aberta pela literatura, buscou-se articular a discussão historiográfica, o uso de fontes documentais e o que os dois escritores mencionados tem a nos dizer sobre os agrimensores.

A metodologia funda-se na análise de textos de gêneros diversos que tem como objeto a atuação dos agrimensores. Nesse sentido, recorreremos aos Relatórios de Presidente de Província, aos jornais que circulavam no rio Madeira no século XIX, a alguns processos criminais e os romances citados.

A leitura crítica desses documentos formados na maioria pelo discurso oficial deve ser feita a contrapelo de forma a não confundir o dito com o acontecido. Com relação a este aspecto mais uma vez a literatura contribui para relativizar as visões dos “arquivos da repressão” (GINZBURG, 1994; FOUCAULT, 2003), funcionando como contra discurso.

A atuação dos agrimensores: um corpo técnico a serviço do Estado?

A mensagem lida perante o Congresso Estadual do Amazonas pelo Governador do Estado Fileto Pires revela, a partir do discurso oficial, os problemas que envolviam a atuação de engenheiros e agrimensores no processo de demarcação de seringais e castanhais no interior e na capital do Estado.

Em documento datado do final do século XIX (1897), o relatório afirma que os vários defeitos presentes na Diretoria de Terras³ devem-se ao modo como é feita a

³ Segundo o decreto n. 1318 de 1854, cada Província teria sua Repartição de Terras Públicas, órgão subordinado ao Ministério da Agricultura. Dentro da Repartição estaria a Diretoria de Terras cuja funções seriam o trabalho de medição de áreas particulares, prestar informação sobre terrenos públicos,

venda e demarcação das áreas públicas, o que vem causando muitas perturbações e inconvenientes casos. Em determinado ponto o relatório afirma “*extinguindo e evitando abusos e violências e acabando-se de uma vez com este cardume de especuladores que sobre o falso título de profissionais invadem diversos rios iludindo a boa fé do governo e locupletando-se com o dinheiro dos proprietários de seringais*” (Mensagem do Governador Fileto Pires ao Congresso Estadual, em 4 de março de 1897).

Em outro trecho, defende mudanças na legislação, principalmente o regulamento de 8 de novembro de 1894 na parte correspondente ao cálculo das áreas demarcadas. Isso porque,

tem sido inúmeros os abusos praticados por alguns engenheiros nos cálculos das áreas quando são alagadas permanentemente. A repartição de terras, na impossibilidade de verificar a exatidão dos alagados indicados pelo engenheiro demarcador e muitas vezes levada a aceitar os cálculos como verdadeiros, sendo a Fazenda do Estado lesada no pagamento das terras porque os cálculos e as plantas não exprimem a verdade do que está no terreno (Mensagem de Fileto Pires, 1897).

Mais do que demonstrar uma preocupação do governo com a perda de receitas a partir da demarcação ilegal feita por agrimensores gananciosos, o que o documento revela é que dentro do aparelho burocrático do Estado existem grupos com interesses diversos. A corporação formada por engenheiros agrimensores atuava muitas vezes pensando nos seus objetivos particulares.

Nesse sentido e concordando com as reflexões teóricas de Pierre Bourdieu sobre o Estado, esse não deve ser pensado com um bloco único, mas como um campo de poder formado por vários segmentos com interesses divergentes (BOURDIEU, 2012, P.35).

Essas reflexões coadunam-se com as observações feitas por Thompson em Senhores e Caçadores com relação aos funcionários que vigiam as florestas e que estavam ali defendendo os seus próprios interesses enquanto grupo e não necessariamente como servidores leais de uma presença real que era ausente naquela localidade (THOMPSON, 1987, p.119).

Estes profissionais agrimensores aproveitam-se dos privilégios do cargo e de suas prerrogativas, como a isenção de cobrança sobre as chamadas terras alagadas, para classificarem as terras a serem demarcadas sob esta denominação. Casos havia em que 95% da área era tida como terra alagada.

Fileto Pires finaliza o texto dizendo que *“é preciso exigir mais minudências e algumas observações nos trabalhos de demarcação bem como discriminar positivamente a responsabilidade dos profissionais, armando o governo de medidas promptas, severas e decisivas para promover a punição daqueles que continuarem a proceder de má-fé”* (Mensagem do Governador Fileto Pires ao Congresso Estadual, em 4 de março de 1897).

Há pelo menos uma década, o governo provincial já tinha tomado algumas medidas visando evitar as dúvidas com relação à demarcação de seringais e castanhais no rio Madeira. O presidente da província José Jansem Ferreira Junior fez publicar no jornal *Correio do Madeira* de 20 de setembro de 1885, nota em que solicita a certidão de todos os agrimensores designados para trabalhar na medição e demarcação dos terrenos concedidos pelo governo por títulos provisório no rio Madeira. Em resposta aparecem as certidões dos indicados José Alfredo Del-Vechio e Deocleciano Justino da Mota Bacelar.

O argumento exposto acima demonstra a partir do ponto de vista do governo, que o próprio Estado estava sendo lesado em seus interesses. Talvez esse seja apenas um aspecto parcial dessa relação de esbulho que afetava pequenos produtores e extrativistas e principalmente embasava a intrusão de áreas indígenas.

O longo século XIX (HOBSBAWM, 1988, p. 19) marca entre outras coisas a entrada em cena dos engenheiros, sejam eles engenheiros agrimensores, civis, ferroviários ou militares. Na Era dos Impérios, *“o agrimensor, que funciona em sinonímia com o ‘topógrafo’, detém a competência técnica para fixar limites e para demarcar territórios, produzindo os memoriais descritivos que resultam em mapas aos quais são atribuídos uma identidade nacional, seja como império, potência ou história”* (ALMEIDA, 2013, p. 14).

A relevância desses profissionais na construção da sociedade aos moldes burgueses se expressa na literatura produzida nas primeiras décadas do século XX. Nestes trabalhos a imagem do agrimensor emerge com certa centralidade, vide o papel relevante representado por K. no romance *O Castelo* de Franz Kafka⁴.

O personagem K é o agrimensor que chega para demarcar as terras do Castelo e como destaca o narrador “a chegada de um agrimensor não era qualquer coisa” (KAFKA, 2006, p. 27). Aprofundando a análise do papel do agrimensor, protagonista do livro de Kafka, o filósofo Giorgio Agamben chama atenção para o fato de a letra K representar para os profissionais da agrimensura o ponto de encontro entre duas linhas retas que correm no sentido norte/sul e que formam um ângulo reto chamado de Kardo. Além do encontro norte/sul tem-se também a confluência leste/oeste formando o *decumanus* (AGAMBEN, 2010, p. 44).

Ainda de acordo com Agamben, citando o tratado de Higião da sociedade clássica romana, o trabalho do agrimensor era considerado de grande importância pois “*entre todos os ritos e os actos que dizem respeito a medidas, o mais eminente é a constituição dos limites*”.

A própria palavra Kardo revela em sua etimologia a centralidade das ações dos agrimensores, responsáveis por estabelecer os limites, ou seja, Kardo tem haver com o coração (*kardio*) da relação que se cria. (AGAMBEN, 2010, p. 48).

O processo de institucionalização da figura do agrimensor no século XVI marca a entrada do geômetra-agrimensor no corpo de empregados da herdade ou das administrações do Estado francês. À construção das plantas parcelares “dever-se ia proceder a agrimensura das terras” (BLOCH, 2001, p.64).

Outro escritor que não se absteve de problematizar a figura do agrimensor a partir da literatura foi o cubano Alejo Carpentier que no livro, *O Reino deste Mundo*,

⁴ Em texto recente e ainda no prelo, Alfredo W.B. de Almeida ressalta a importância da retomada dos escritos de produtores literários que problematizaram o papel do agrimensor desde o final do século XIX para a construção, na atualidade, do deslocamento produzido no campo de significação da cartografia social. Esse aspecto ajuda a compreender o fato da Universidade do Estado do Amazonas ter criado recentemente, aparecendo quase cem anos depois, um curso de agrimensura. No momento em que se discute na atualidade a criação do curso de cartografia social, a universidade citada, num contexto de forte pressão especulatória sobre as terras da região, opta por reativar o curso de formação de agrimensores.

datado de 1943, relata no penúltimo capítulo o medo que causa à comunidade local a chegada dos agrimensores. Diz o narrador

certa manhã, porém, apareceram os agrimensores. É necessário ter visto os agrimensores em plena atividade para compreender melhor o espanto que pode causar a presença destes seres que parecem insetos trabalhando[...]eram homens calados de pele muito clara que desenrolavam longas fitas pelo solo e fincavam estacas (CARPENTIER, 1966, p. 111).

A literatura produzida até meados do século XX guarda fortes vínculos com um discurso científico de caráter sociológico, contribuindo, a partir de uma visão questionadora, para uma crítica da sociedade muitas vezes mais profunda do que a do próprio discurso sociológico.

Nesse sentido, os textos de Carpentier e Kafka revelam entre outras coisas o quanto a chegada do estranho, no caso o agrimensor, causa incômodo na comunidade. Incomoda porque desconhece as regras do grupo e ao ignorá-la contribui para enfraquecê-la (TÓTORA, 2004, p.183).

Os exemplos retirados da literatura contribuem para a compreensão do que está se passando na Amazônia na medida em que aponta para apreensão causada nos moradores das freguesias toda vez que chegava alguém para demarcar seringais e castanhais em nome de um patrão seringalista.

No caso da Província do Amazonas, a presença destes profissionais se estabelece gradativamente desde a década de 1850. No final do século XIX temos atuando na capital e interior do Estado engenheiros agrônomos, agrimensores, engenheiros civis, ferroviários e militares.

Nomes dos engenheiros agrônomos e agrimensores que atuaram no Amazonas no século XIX e décadas iniciais do XX

Nome	Escola de Formação	Ano de atuação	Endereço	Profissão/atuação
Leovigildo Coelho	Escola Politécnica do	1861		Engenheiro Militar

	Rio de Janeiro			
João Martins da Silva Coutinho	Escola Politécnica do rio de Janeiro	Toda década de 1860		Engenheiro Ferroviário Militar
Deocleciano Justino Mota Bacelar	-	1884	Rua Municipal	Agrimensor
Alferes José Silvério Nery	Curso de agrimensura na Escola Militar do Rio de Janeiro	1884	Rua Saldanha Marinho	Agrimensor – ocupou o posto maior de Governador do Estado do Amazonas
Alfredo Del Vechio	-	1884		Agrimensor
Thomaz Rodrigues Adreiro	-	1884	Rua da Instalação	Agrimensor
Henrique José Moers		1891		Delegado interino da Repartição de Terras
Lourenço da Rocha Thury	Curso de agrimensura na Bahia	1896	Rua Saldanha Marinho	Professor de agrimensura da Universidade Livre de Manáos – paraninfo da turma de 1912
José Caripé da Rocha	-	1900		Engenheiro agrônomo Demarcou terras no rio Manicoré
Abílio Nery	Engenheiro	1905		Atividade

	Geógrafo e Engenheiro Civil			demarcatórias em todo o Estado
José Barreto de Carvalho	Engenheiro	1907		Fez a medição de terreno para a construção de escola em Manicoré.
Alípio Bandeira	Diploma de agrimensor pela Escola Militar do Ceará	1911		Atuou como Inspetor Geral do SPILTIN do Amazonas
Angelino Bevinlaqua	Agrimensor pela Universidade Livre de Manaós	1912	Saldanha Marinho	Formou-se na 1ª Tuma da Universidade Livre de Manaós e depois tornou-se professor
Raymundo Raposo Nnia	Agrimensor pela Universidade Livre de Manaós	1912		Formou-se na 1ª turma da Universidade Livre de Manaós
Anthero Veiga	Agrimensor pela Universidade Livre de Manaós	1912		Formou-se na 1ª turma da Universidade Livre de Manaós
Alberto de Aguiar Corrêa	Agrimensor	1916		Agrimensor responsável pelo arrolamento completo de todos os bens do Estado
Erasmus Gnone	- -	1918		Agrimensor
Manoel Dias	Agrimensor	1923		Engenheiro -

Barroso				ocupou o cargo de Comissão de Inquérito na Inspetoria de índios.
Camilo Lellis Monteiro	-	1923		Trabalhou na medição e demarcação de seringais e castanhais no rio Madeira
Demetrio Hermes de Araújo	-	1923		Engenheiro
Francisco Couto Vale	-	1928		Engenheiro
Leonidas Oliveira	-	1931		Atuou demarcando terras ilegalmente para particulares em Borba
Admar Thury	Universidade Livre de Manaós	1930/31		Datilógrafo da Inspetoria de Índios.
Polidro D'Amico	-	1931		
Lucano Antony	-	1932		

A pesquisa apontou a presença de duas dezenas de profissionais atuando no período delimitado. No entanto, acredita-se que o número seja superior ao levantado, na medida em que a legislação permitia que qualquer cidadão com curso superior em engenharia, seja civil, militar, agrônoma ou ferroviária atuasse como demarcador de seringais e castanhais. Ana Cláudia Souza destaca que os alunos que completavam dois

anos de curso de engenheiro podiam requerer a habilitação em agrimensura (SOUZA, 2006, p.129).

Outro aspecto que deve ser ressaltado quando se olha para o quadro acima é que a formação destes profissionais passa por mudanças durante as décadas iniciais do século XX. Os cursos direcionados para agrimensura vão desaparecendo sob o discurso de serem limitadores da ação profissional, voltados principalmente para medição e demarcação, enquanto o curso de engenheiro agrônomo se apresenta como mais amplo. Há um processo descontínuo nos critérios de competência e saber.

Essa mudança está relacionada ao aprofundamento da crise da economia do látex que a partir de 1912 apresenta quedas na cotação internacional do preço da borracha. Nesse contexto de crise o Governo do Estado passa a incentivar a atuação dos engenheiros agrônomos que tem como missão atuar na chamada indústria agrícola e pastoril.

O próprio encontro da Associação Comercial do Amazonas em 1910 sob a denominação de “Primeiro Congresso Comercial Industrial e Agrícola” é um sintoma inequívoco dessa mudança discursiva. As teses de Carlos Eugenio Chauvin apontam para um controle sistemático e para o processo de racionalização da extração da goma elástica, bem como o plantio de novas árvores e o estabelecimento da agricultura, mesmo que para consumo interno dos seringais (CHAUVIN, 1990, p. 125).

Para o ano de 1918, temos um explosão de Decretos e Regulamentos direcionados para a agricultura e criação de gado, construindo uma imagem negativa do extrativismo em geral e da borracha em particular. Nos jornais proliferam artigos e notas relacionadas à agricultura, ao cultivo do milho, do algodão e as correspondências com o Ministério da Agricultura (O Madeirense, Humaitá, domingo, 14 de abril de 1918).

Retornando para o final do século XIX temos a formação no Liceu Provincial da turma de agrimensores no ano de 1894 e a última turma direcionada para agrimensura é a da Universidade Livre de Manaós em 1912 (BRITO, 2009, p.15).

Muitos são os autores que destacam a atuação dos engenheiros agrimensores e “pilotos de corda”, responsáveis por medir e demarcar terras públicas e particulares, e o aumento do próprio patrimônio em seringais e castanhais.

De acordo com Ana Maria Daou, entre os filhos da elite econômica ligada ao extrativismo da borracha no Amazonas deste período, chama atenção o fato de que alguns acabaram se dedicando às atividades de agrimensura. Para a autora, isso reflete diretamente a intensificação da ocupação de novas áreas da Província, sobretudo no interior, com a exploração de novos rios e a demarcação de novos seringais. De acordo com a fala de pessoas entrevistadas pela autora, muitos membros da chamada elite cidadina eram formados por profissionais liberais e funcionários públicos que enriqueceram com as demarcações (DAOU, 1994, p.120).

Uma parte considerável da origem da fortuna dessas famílias advinha do dinheiro público, dos castanhais e seringais ilegalmente demarcados, das prerrogativas do cargo, das sinecuras e das percentagens em transações públicas.

Tal processo também não escapou às considerações de Samuel Benchimol, ele próprio filho de proprietário de seringal. Seu pai, Isaac Israel Benchimol, atuou no rio Abunã. Segundo Benchimol, vários foram estudar na Escola Politécnica de Belém, onde se formavam como demarcadores de terras e posteriormente se tornavam donos de seringais. Muitos seringais da Província estavam nas mãos de coronéis-agrimensores arremata o autor (BENCHIMOL, 1994, p.117).

Responsável pela formação dos agrimensores em Belém, o professor João Palma Muniz publicou mais de 14 livros dedicados a projetos de imigração e colonização, à história de Itaituba e organizou em vários volumes um índice geral dos registros de terras. Neste índice, fruto do trabalho a partir dos livros de registro de posse, o autor estabelece um conjunto de normas técnicas e legais visando a regularização e a garantia pela posse das terras.

Ainda sobre o processo de formação dos engenheiros, a segunda metade do século XIX marca o processo de constituição de instâncias de delimitação de atuação dos engenheiros (agrimensores, civis, ferroviários e militares), a partir de critérios de

competência e saber para distinguir, designar, classificar e delimitar (FOUCAULT, 2002, p. 47).

O decreto federal n. 9827 de 1887 regulamenta a profissão de agrimensor e estabelece a necessidade de título para o exercício profissional. Segundo Ana Cláudia Souza, *“a imperiosa presença da atuação do agrimensor passou a ser exigida nas demarcações e divisões de terras que estivessem em litígio judicial. Se tal procedimento não fosse efetuado pelo profissional habilitado em agrimensura o processo seria nulo.* (SOUZA, 2006, p. 126).

Da lista acima destaca-se a trajetória de José Silvério Nery, pertencente a prestigiosas família local.

OS AGRIMENSORES CHEGAM AO PODER – O CASO DE SILVÉRIO JOSÉ NERY.

Dos nomes acima mencionados sem dúvida o caso mais representativo da força dos agrimensores no final do século XIX e anos iniciais do século XX é o de Silvério Nery. Membro de prestigiosa família (seu pai Silvério Nery era casado com Maria Antony), nasceu no final da década de 1850 no município de Coari (interior do Amazonas).

Por influencia do pai, Major reformado do exército brasileiro e comandante da guarda policial do Amazonas, fora estudar agrimensura na Escola Militar da Praia Vermelha no Rio de Janeiro, conhecido reduto de positivistas (BITTENCOURT, 1973, p. 26; 458).

Após o retorno do Rio de Janeiro, atua por dois anos como ajudante de ordens do governador Augusto Ximenes de Villeroy na função de demarcador de seringais. Divide essa tarefa com o irmão Abílio Nery, que se formara em engenharia geográfica em Salvador e também trabalhava demarcando de terras no interior do Estado do Amazonas. O que tudo indica é que estes profissionais prestavam serviços particulares e não eram necessariamente funcionários do Estado. Como havia a obrigatoriedade do memorial de terras para reconhecimento oficial, o particular arcava com os custos da demarcação.

Depois desse período de atuação profissional que lhe permitiu conhecer lugares diversos do Estado, passa a dedicar-se a política, apadrinhado por Guilherme Moreira a nível local e Pinheiro Machado a nível nacional, tendo se tornado o principal nome do Partido Republicano no Estado do Amazonas.

Os principais cargos da república também foram ocupados por Silverio Nery, desde vereador municipal até senador da república. Destaque para a posição de Governador do Estado, posto máxima do executivo estadual, sendo ainda, por diversas vezes, segundo Raul Azevedo, presidente do senado federal na condição de primeiro secretário.

A análise da trajetória política de Silvério Nery revela as posições ocupadas pelo homem público nos diversos lugares e em diversos momentos do campo político. No entanto, destaca-se aqui algumas ideias defendidas por sua administração a frente do executivo estadual referente as questões agrárias.

De acordo com o jornalista e correligionário Raul Azevedo, a formação acadêmica de Silvério Nery tornara-o defensor de políticas voltada para exploração da terra. Acreditava, ao modo dos fisiocratas, que a fortuna do país residia na agricultura e na pecuária. Em suas propriedades no interior do Estado, como São José do Amatary, lugar em que criara uma colônia de trabalhadores chamada de Pedro Borges e em January, na frente da cidade de Manaus, possuíam *roças de milho* e cabeças de gado, todas seguindo os métodos científicos de cultura e criação.

Imbuído desse espírito científico, defendia ardorosamente a aplicação da estatística como ciência do Estado. Este aspecto está ligado, conforme Foucault, ao desenvolvimento da ciência do governo, onde a preocupação residia no controle da “população”. Desde o século XVIII, com o crescimento populacional caracterizado como acontecimento, a preocupação dos políticos passa a ser o governo da população. Nesse contexto, a estatística possibilita revelar as regularidades (mortos, doentes, acidentes), bem como mostrar que os fenômenos populacionais não se reduzem ao modelo familiar (FOUCAULT, 1979, p.288).

No caso do Amazonas, Ednéa Dias chamou atenção justamente desse aspecto populacional, quando observou que o crescimento de pobres na cidade de Manaus no

final do século XX havia se tornado um problema para os governantes que imaginavam uma cidade modelo nos trópicos (DIAS, 2007, p.121). Dizia Silvério Nery que a estatística era importante para

Tornar o Amazonas conhecido no estrangeiro era preciso atestar com a forte lógica dos algarismos as inesgotáveis fontes de recursos naturais com que a natureza o dotou e documentar devidamente as suas inexauríveis forças produtoras, de modo a atrair os maior número de braços para a exploração de suas riquezas (MENSAGEM DE GOVERNOR DE SILVERIO NERY, 1901, p.30).

Essa preocupação racional e burocratizante de pensar a política para o Estado está expressa em cada mensagem de seu governo. A cada documento oficial seguia-se um conjunto de relatórios estatísticos anexados, referentes às secretarias de Estado.

Na mensagem de governo enviada à Assembleia, datada de 1901, Silvério Nery aponta os principais problemas relacionados aos serviços de terra que encontrou quando assumiu o governo. De acordo com o documento, o tríplice problema residia na concessão de terras devolutas, na povoação de terrenos concedidos e na ausência de cultura de plantação da terra.

Arvorava-se profundo conhecedor das questões ligadas à terra, o que o habilitava a criticar enquanto detentor de uma saber técnico, a fragilidade dos regulamentos e as inconsistências da legislação. Afirmava que as constantes mudanças e a diversidade da legislação fragilizava sua aplicação e dava margem a manobras escusas, causando prejuízo as rendas do Estado.

A ideia central, embora não fosse absolutamente nova era constantemente enfatizada em seus discursos, advogava a necessidade de diversificação da economia, tendo em vista que a concentração na exploração da borracha poderia trazer prejuízos ao Estado.

Silvério Nery representa os interesses de uma corporação que chegou ao posto máximo dentro dos quadros políticos e administrativos do Estado, convertendo uma parte do capital técnico em capital político.

Considerações Finais

De acordo o argumento desenvolvido no texto, o avanço da empresa extrativista no Amazonas do final do século XIX e início do século XX exigiu a presença de profissionais habilitados no processo de demarcação dessas terras, No entanto, as ações desses profissionais, baseadas em critérios de competência e saber específicos, contribuíram em grande medida para a espoliação de terras comunais na medida em que estavam a serviço de interesses de poderosos proprietários que ambicionavam a propriedades e o controle dos recursos.

Nesse sentido, as reflexões postas nos dois clássicos da literatura permitiram analisar que a prática do agrimensor enquanto figura temida, por representar forças externas à comunidade, está inserida no contexto do avanço do Capitalismo e que esse processo não é específico da Amazônia.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. Agrimensor. In: **Nudez**. Lisboa: Relógio da Água, 2010.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner B de. **Conflito e Mediação. Os antagonismos sociais na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado**. Rio de Janeiro, 1993 (Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro).
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **A Ideologia da Decadência**. Rio de Janeiro, Casa 8, 2008.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (Org.) **Conflitos sociais no “Complexo Madeira”**. Manaus, Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/ UEA Edições, 2009.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Nova Cartografia Social: territorialidades específicas e politização da consciência das fronteiras**. Manaus, 2013. *(no prelo)*
- BENCHIMOL, Samuel. **Manaus - Memória Empresarial**. Manaus: Governo do Estado do Amazonas/Universidade do Amazonas/Associação Comercial, 1994.
- BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário Amazonense de Biografias**. Rio de Janeiro: Conquista, 1973.
- BLOCH, Marc. **A Terras e seus Homens: agricultura e vida rural no século XVII**. São Paulo: Edusc, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. A força do direito: elementos para uma sociologia do campo jurídico. In: **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

- BOURDIEU, Pierre. **Sur l'État: cours au Collège de France (1989-1992)**. Éditions Raison d'Agir/ Éditions Seuil, Javier 2012.
- BOURDIEU, Pierre. "Fieldwork in Philosophy"; Da regra às estratégias. In: **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BRITO, Rosa. **Cem anos de UFAM**. Manaus, Edua, 2009.
- CARPENTIER, Alejo. **O Reino deste Mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- CASTRO, Ferreira de. **A Selva**. 34ª. ed. Guimarães Editores, 1982.
- CHAUVIN, Carlos Eugenio. O Plantio da Borracha. In: **Annaes do Congresso Comercial, Industrial e Agrícola do Amazonas, fevereiro de 1910**. Manaus: ACA, 1990 (Organizado por Bertino de Miranda).
- CUNHA, Euclides da. **Amazônia: um paraíso perdido**. 3ª ed. Manaus: Valer 2003.
- DAOU, Ana Maria. **A Cidade, o Teatro e o "Paiz das Seringueiras": Práticas e Representações da Sociedade Amazonense na Virada do século XX**. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado, 1998.
- DIAS, Edinéa. **A Ilusão do Fausto. Manaus. 1890-1920**. Manaus: Valer, 1999.
- FOUCAULT, Michel. **Estratégia, Poder- Saber. Ditos e escritos vol. IV**. Manoel Barros da Motta (org.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- FOUCAULT, M. Nietzsche, a genealogia e a história. In: **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- GINZBURG, Carlo. O inquisidor como antropólogo: Uma analogia e suas implicações. In: **A Micro-História e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Difel, 1994.
- HOBBSBAWM, Éric. **A Era dos Impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- HUGO, Victor. **Os Desbravadores**. Manaus: Edição da Missão Salesiana de Humaitá (Vol. I e II), 1959.
- KAFKA, Franz. **O Castelo**. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- LEAL, Davi Avelino. **Entre Barracões, Varadouros e Tapiris: os seringueiros e as relações de poder nos seringais do rio Madeira (1880-1930)**. Manaus, 2007. (Dissertação de Mestrado).
- LIMA, Ruy Circe. **Pequena história territorial do Brasil**. Goiânia: UFG, 2002.
- LIMA, Ruy Circe. **Sesmarias e Terras Devolutas**. Editado pelas Oficinas Gráficas Trumann, 1931 (parecer).
- MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas Fronteiras do Poder: conflitos de terras e direito agrário no Brasil de meados do século XIX**. São Paulo: Unicamp, 1996. Tese de Doutorado – PPGH/ UNICAMP.
- MOTTA, Márcia, ZARTH, Paulo. **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história**. São Paulo: Unesp/NEAD, 2008.

- OLIVEIRA, João Pacheco de. O Caboclo e o Brabo: nota sobre duas modalidades de trabalho na expansão da fronteira Amazônica. **Revista Tempo Brasileiro**, 1979.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma Etnologia dos “Índios Misturados”? Situação Colonial, Territorialização e Fluxos Culturais. **Mana: Revista de Estudos de Antropologia Social**. Rio de Janeiro, 4 (1):47-77, abril. (1998)
- PANTOJA, Mariana. **Os Milton: Cem anos de História nos Seringais**. Recife: Massagana, 2004.
- PINTO, Ernesto Renan de Freitas. **Os trabalhadores da Juta: estudo sobre a constituição da produção mercantil simples no Médio Amazonas**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1982. Dissertação de Mestrado.
- REIS, Arthur Cezar. **O Seringal e o Seringueiro**. 2ª ed. revista. Manaus: Edua, Governo do Estado, 1997.
- SANTOS, Ana Flávia Moreira dos. **Conflitos Fundiários, Territorialização e Disputas Classificatórias, Autazes (AM), Primeiras Décadas do Séc. XX**. Tese de Doutorado em Antropologia Social – Museu Nacional – UFRJ, 2009.
- SOUZA, Ana Cláudia Ribeiro de. **Escola politécnica e suas múltiplas relações com a cidade de São Paulo**. São Paulo – Tese de Doutorado em História – PUC, 2006.
- TEIXEIRA, Carlos Correa. **O Aviamento e o Barracão na Sociedade do Seringal (estudo sobre a produção extrativa de borracha na Amazônia)**. São Paulo: 1980. Dissertação de Mestrado.
- TESSITORE, Viviane. Os registros de terras de São Paulo: inventário analítico. **Revista Brasileira de História**. São Paulo. V.6. n.12, pp.187-196. Marc/ago 1986.
- THOMPSON, E.P. **A Miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.
- THOMPSON, E. P. **Senhores e Caçadores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- THOMPSON, E.P. **Costumes em Comum: estudo de cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- TÓTORA, Silvana. Ressonâncias entre experimentos do fora. In: PASSETI, Edson (ORG). **Kafka e Foucault sem medos**. São Paulo: Atelie Editorial, 2004.